



**Ministério da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Departamento do Patrimônio Imaterial
Coordenação-Geral de Identificação e Registro
Coordenação de Registro**

Parecer n.º 076/2017/DPI/ IPHAN/ MinC
Processo n.º 01450.012500/2007-33

Assunto: Solicitação de Registro das Manifestações Artístico-Culturais da Feira de Campina Grande como Patrimônio Imaterial do Brasil.

Senhor Coordenador-Geral,

Este parecer diz respeito à etapa de instrução técnica do processo n.º 01450.012500/2007-33, relativo à solicitação de **Registro das Manifestações Artístico-Culturais da Feira de Campina Grande** como Patrimônio Cultural do Brasil, aberto em 17 de setembro de 2007. A proposta e a documentação foram encaminhadas à Presidência deste Instituto pela Prefeitura Municipal de Campina Grande/PB. O requerimento está acompanhado de abaixo-assinado com mais de duas mil assinaturas no qual fica expressa a concordância da comunidade com a solicitação de Registro do bem cultural em tela. Essa solicitação foi remetida à sede do Instituto pela Prefeitura Municipal de Campina Grande/PB, e reiterada pela Secretaria Municipal de Cultura para ate. As informações contidas neste Parecer estão calcadas, principalmente, no Dossiê de Registro da Feira, além de dissertações e do INRC Feira Central de Campina Grande. A intenção deste documento é, assim, avaliar, de maneira conclusiva, a etapa final de instrução do processo de Registro em questão.

O processo, que se constitui de quatro volumes mais anexos, reúne os seguintes documentos: o requerimento de Registro; os documentos de anuência acima mencionados; a Nota Técnica n.º 08/18 elaborada pela Gerência de Registro/DPI, com considerações deste Departamento sobre o pedido de Registro; a Ata da 10ª Reunião da Câmara Setorial do Patrimônio Imaterial; além das correspondências de encaminhamento administrativo

1
F. J. J.
F. J. J.

produzidas pelo Iphan. Os demais documentos e publicações, reunidos ou produzidos pela pesquisa, em diferentes suportes, constituem os seguintes anexos e apensos do processo:

- Anexo I. Dossiê – Versão Digital (DVD)
- Anexo II. Fotografias (CD)
- Anexo III a. Vídeo Documentário – Versão Curta (DVD)
- Anexo III b. Vídeo Documentário – Versão Longa (DVD)
- Anexo IV a. INRC da Feira de Campina Grande/PB – Volume 1
- Anexo IV b. INRC da Feira de Campina Grande/PB – Volume 2
- Anexo IV c. INRC da Feira de Campina Grande/PB – Volume 3
- Anexo V. Autorizações de uso de imagem
- Apenso I. Livro: ARAÚJO, G. Múltiplos Discursos sobre a Feira de Campina Grande
- Apenso II. Livro: RAMALHO, M. Teatro Nordestino – Cinco Textos para Montar ou Simplesmente Ler
- Apenso III. Livro: ARAÚJO, G. Feira livre: memória “viva” da cultura do povo campinense, ao final do século XX?
- Apenso IV. Livro: A Feira de Campina Grande – Governo da Paraíba
- Apenso V. Livro: JUNIOR, F. Feira de Campina Grande: um museu vivo da cultura popular e do folclore nordestino
- Apenso XVI. Conjunto de Cordéis
- Apenso XVII. CD: Zé do Pife, o Educador Musical
- Apenso XVIII. DVD: Feira Central de Campina Grande-PB
- Apenso XIX. CD: Marinês Canta a Paraíba, por Noaldo Ribeiro – Orquestra Sinfônica da Paraíba
- Apenso XX. DVD: Feira Central de Campina – Vídeo
- Apenso XXI. DVD: Escola e Companhia de Dança do Teatro Municipal Severino Cabral
- Apenso XXII. DVD: É Dia de Feira – Oralidade e a Escrita no Mercado Central
- Apenso XXIII. DVD: O Bolo, Ficção
- Apenso XXIV. Fotos Feira Central
- Apenso XXV. Programa Arrastapé.Net – 24/06/07
- Apenso XXVI. CD Campina Grande Volume 2 – 2000

Desse modo, consideramos que o conhecimento sobre a Feira de Campina Grande/PB e os requisitos para o seu Registro estão contemplados no presente processo, em conformidade com o Decreto nº. 3.551, de 4 de agosto de 2000, e com a Resolução nº. 001, de 3 de agosto de 2006.

1. Contextualização da Instrução para o Registro

Após intensa articulação local entre a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura e grupos de feirantes, em 2007, a Prefeitura Municipal de Campina Grande solicitou formalmente ao Iphan o Registro da sua Feira como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil. Naquele momento, foram elaboradas, com a ajuda de pesquisadores, professores e ativistas culturais da Feira, a justificativa do pedido de Registro, a caracterização das principais referências do lugar, bem como uma vasta documentação arquivística, bibliográfica e audiovisual, um abaixo-assinado contendo centenas de assinaturas de fazedores e amantes dessa referência cultural e depoimentos gravados trazendo pessoas, geralmente públicas, interessadas e envolvidas com a solicitação de reconhecimento patrimonial.

Em 2008, a solicitação de Registro seguiu o trâmite da Resolução nº 001/2006, sendo objeto de análise do DPI por meio da Nota Técnica nº 08/2008/DPI, elaborada pela técnica Ana Lúcia de Abreu Gomes, e apreciada na 10ª Reunião da Câmara Setorial do Patrimônio Imaterial, realizada no dia 17 de abril de 2008. A Nota Técnica supracitada argumentou a favor da instrução técnica do processo de Registro da Feira de Campina Grande, relacionando-a à categoria Lugar, por considerar pertinente o entendimento de que a Feira é um espaço onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas e em função da argumentação do proponente de que tais práticas apontam para a importância econômica da Feira para aqueles que trabalham e consomem no local, destacando que o consumo de mercadorias extrapola a dimensão comercial e pode ser, também, interpretado na dimensão da troca de significados e sentidos, estabelecendo uma fronteira tênue onde as relações sociais e mercadológicas se misturam. Na reunião da Câmara Setorial do Patrimônio Imaterial, a equipe do DPI informou que o pedido de Registro de Lugar já contempla todas as manifestações culturais que ele concentra, reúne e promove. Desde então, ficou estabelecido que a instrução do processo deveria ter como enfoque a Feira de Campina Grande enquanto objeto de Registro, com abordagem a partir da categoria Lugar.

A aprovação da pertinência pela Câmara Setorial do Patrimônio Imaterial, desencadeou a instrução técnica do processo de Registro. Desde o início das mobilizações, técnicos do Departamento do Patrimônio Imaterial - DPI e da Superintendência do Iphan na Paraíba realizaram visitas técnicas à Feira, a fim de conhecer esse espaço onde circulam saberes, ofícios e formas de expressão presentes na experiência cotidiana e na identidade do povo nordestino. No entanto, o processo de Registro precisou ser interrompido, após algumas reuniões entre a Prefeitura Municipal de Campina Grande e o Iphan/PB que revelaram a existência de um projeto de revitalização urbana da Feira. Tal projeto, não respeitava as referências culturais presentes no local, nem as demandas dos próprios feirantes e demais usuários do lugar, justamente no momento de mobilizações em torno do reconhecimento patrimonial que envolvia a comunidade local.

Após uma mudança de gestão municipal, em 2013, a Secretaria de Cultura de Campina Grande retomou os diálogos com o Iphan a fim de consolidar uma parceria para a produção do Inventário Nacional de Referências Culturais - INRC da Feira Central de Campina Grande, um instrumento que serviu de base para a instrução técnica do Registro. Os resultados desse inventário estruturaram a definição de temas fundamentais para a análise do Registro.

A partir da identificação de referências culturais da Feira, uma oficina foi idealizada para discutir os problemas e as demandas relacionadas à requalificação dos seus espaços. A oficina “Qual a sua ideia para a Feira de Campina Grande?” mediou diálogos institucionais entre a associação de feirantes, o poder público local, Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Iphan e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba. A experiência ocorreu de modo colaborativo, trazendo as reuniões de trabalho para dentro da própria Feira, no pátio interno do edifício do Mercado Central.

Além da definição dos primeiros apontamentos para a Salvaguarda, esse momento possibilitou a organização e participação de feirantes e fregueses em espaços como a Prefeitura e a Câmara dos Vereadores, propondo melhorias para a Feira. A Secretaria Municipal de Planejamento, em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura, organizou várias assembleias divididas em segmentos de trabalhadores da Feira a fim de promover ajustes no projeto de requalificação urbana conforme demanda daqueles que vivenciam o espaço cotidianamente.

Espaços de diálogos com essa finalidade foram cruciais para que ações de apoio e fomento fossem realizadas ainda na fase de instrução do Processo de Registro, no caso

exemplificado, a Superintendência do Iphan na Paraíba teve oportunidade de participar da aprovação das intervenções propostas pelo município, sempre em diálogo com os feirantes.

2. O Objeto de Registro

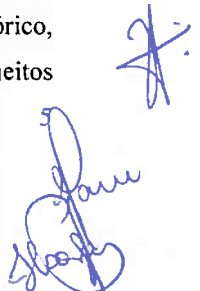
Em sua origem, feiras são lugares de grande complexidade cultural que reúnem atividades e práticas diversas relacionadas à produção, à comercialização e ao consumo; definem-se, também, por abrigarem diversificadas formas de sociabilidade e convivência. Nesses lócus estão contidas relações de trabalho, de concorrência e laços de solidariedade.

Semelhantemente, a Feira de Campina Grande apresenta complexidade pelas práticas sociais e culturais que engendra a seus habitantes, comerciantes e consumidores, caracterizando-se como Lugar de referência. Repensada e ressignificada a cada dia pelos que ali laboram e frequentam, é um espaço que permite que saberes e formas de expressão coexistam nas mais variadas configurações e que, portanto, atua como palco e enredo de negociações e trocas de mercadorias e saberes.

A formação e transformação da cidade de Campina Grande estão intimamente imbricadas com o seu “mercado central”, um dos muitos nomes populares da Feira de Campina Grande. No final do século XVIII, as relações desencadeadas pela Feira levariam a nascente urbe a se tornar uma referência para o comércio, um centro mercadológico que, associada à cultura algodoeira, acabou dinamizando a economia campinense, favorecendo o desenvolvimento local.

Situada nas bordas orientais do Planalto da Borborema, Campina Grande constituiu-se como espaço de comércio para aqueles que transitavam entre o litoral e o sertão. Mais do que ponto de pouso e descanso, o lugar se conformou como lócus para permuta e trocas comerciais, em especial para abastecimento de produtos alimentícios oriundos do sertão. A Feira, portanto, promoveu o desenvolvimento da cidade e, na medida em que sua importância e imponentia se estabeleceram, passou a ser uma referência em todos os cantos da Paraíba e parte do Nordeste, tal como explicita o dossiê:

No início do século XX, Campina Grande já vivenciava as transformações, conflitos e contradições sociais, característicos de um processo de modernização e urbanização, que atravessava a maior parte das maiores cidades brasileiras. A feira e a cidade compreendem, nesse contexto histórico, uma dinâmica social expressa pela diversidade e heterogeneidade dos sujeitos



e do espaço urbano, na medida em que, migrando para o recanto da Serra da Borborema, sujeitos provenientes de matrizes culturais distintas (tropeiros, mascates, feirantes, comerciantes, doutores bacharéis, matutos sertanejos, grandes fazendeiros, posseiros, etc.) proporcionaram o desenvolvimento de uma feira e de uma cidade específica como um lugar de mercado. Para além disso, a Feira participa do processo de mudança da cidade, não apenas como lugar de trocas comerciais, mas de um intenso intercâmbio social de informações (políticas e econômicas), difundindo saberes, condutas e fatos do cotidiano. (Dossiê de Registro da Feira de Campina Grande, p. 31)

A feira resiste e se transforma desde sua origem, tendo sido palco da Revolta do Quebra Quilo¹ e sobrevivendo às grandes transformações urbanas diante das mudanças de ciclos econômicos da região:

A Feira foi mudando de lugar ao longo do tempo. Durante o século XVIII, situava-se no Sítio Barrocas, rua Vila Nova da Rainha, próximo ao Açude Velho. Seguiu, então, para as proximidades do mercado de cereais de Baltazar Gomes Pereira Luna, conhecido como “Mercado Velho”, na Avenida Floriano Peixoto. Na segunda metade do século XIX, até o final dos anos 30 do século XX, a Feira fixou-se na Rua do Seridó, atual Maciel Pinheiro, no entorno do “Mercado Novo”.

Nos anos 1940, as intervenções urbanas modernizadoras e sanitárias tornaram incompatível a convivência da Feira com os casarões da elite campinense e as vitrines do comércio de luxo. Como solução, a feira de cereais foi transferida para o bairro das Piabas, próximo ao Mercado Público, onde já se localizavam a feira de gado e o meretrício, assumindo a configuração e localização que se perpetuam até nossos dias.

Seu crescimento promoveu, na década de 1950, a abertura de ruas para facilitar o acesso e a comunicação com outros setores da cidade e com centros urbanos vizinhos. A partir de então, a Feira foi crescendo em dimensões e em importância local e regional, fortalecendo o caráter de Campina Grande como cidade-mercado.

Antes de tudo, a Feira de Campina Grande foi, é e será um lugar forte, um lugar de resistência. Em suas dinâmicas de remoção, o que se observa é que para

¹ A Revolta do Quebra Quilo, ocorrida no ano de 1874, foi um movimento popular, iniciado na Paraíba, que se opunha às mudanças introduzidas pelos novos padrões de pesos e medidas do sistema francês imposto à época do Brasil colônia. Essa transformação foi implementada pela Lei Imperial nº 1157 de 1862, contrariando os feirantes e os fregueses que utilizavam métodos rústicos do sistema tradicional de medidas, tais como palmos, jardas e polegadas (Dossiê de Registro, p. 32),



muitas gestões municipais campinenses as práticas tradicionais feirantes se tornam um estorvo, uma forma de detrito, que, sob o olhar de certa elite (econômica e política) urbana, emperram o progresso e o desenvolvimento moderno da cidade. (Dossiê de Registro da Feira de Campina Grande, pp. 32 e 33)

Com seu constante reatualizar, a Feira de Campina Grande é hoje uma das maiores e mais intensas praças comerciais livres do território brasileiro. Apresenta forte relação com o espaço urbano em que se insere, com dimensão próxima de setenta e cinco mil metros quadrados, intensificada e ampliada nos “dias de feira”. Está distribuída por nove ruas paralelas e perpendiculares e por lotes edificados de baixa volumetria. Funciona todos os dias da semana, exceto aos domingos. A partir da quarta-feira o movimento de pessoas e mercadorias passa a ser mais intenso, tendo o ápice aos sábados.

Na Feira, comercializa-se grande variedade de mercadorias: frutas, verduras, ervas, hortaliças, cereais, laticínios, carnes, animais (vivos e abatidos), calçados, roupas, acessórios para pecuária, flores, doces, oleaginosas, comidas e bebidas regionais, produtos artesanais, dentre outras, além de serviços variados. Em seu entorno, dezenas de supermercados foram instalados, bem como restaurantes, panificadoras e centros comerciais, elementos da contemporaneidade que ora concorrem, ora complementam os serviços disponíveis na Feira. Apesar da delimitação espacial por essas determinadas ruas-feira (vias que tornam interdependentes os “setores” do comércio livre), as práticas de negociação extrapolam os limites físicos da Feira, considerando também os sujeitos que negociam seus produtos nas calçadas e no chão ou, como dizem, “na pedra da rua”.

Contemporaneamente, a Feira diversificou-se, assumindo e absorvendo novas faces, readaptando suas formas de negociação e ampliando o repertório de produtos e serviços comercializados. À primeira vista ou com olhar desatento, pode-se tomar a Feira como um lugar caótico e desorganizado. Entretanto, uma percepção pormenorizada sobre esse “mundão de coisas” ou uma observação mais aguçada a partir dos seus espaços de sociabilidade, acabam revelando realidades bem peculiares desse ambiente caracterizado pelas trocas, subdividido em setores ou microfeiras que abrigam um comércio amplo e diversificado. Na Feira tem de tudo.

A partir de 1990, verificou-se também a proliferação de inúmeros camelôs posicionados nas calçadas, ao lado do comércio nas áreas principais do centro da cidade, além de um aumento significativo no número de pequenos empreendimentos familiares existentes

7

nos bairros, como as pequenas lojas, armarinhos, mercadinhos, mini-boxes, fábricas de confecções e calçados, cabeleireiros, empreendimentos domésticos (casas que fornecem marmitas, confeccionam doces, salgados e comidas típicas regionais, casas de consertos em geral etc.) . Esse incremento dos comércios no Centro provocou também uma mudança do perfil dos comerciantes, que passaram a se dedicar a vender novos produtos e serviços, bem como a inserir, dentro da Feira, boxes e barracas que atendem a demandas até então inexistentes, contribuindo para sua diversificação.

O espaço da feira também é propício ao desenvolvimento de saberes e ofícios não somente do feirante que vende os produtos, mas do artesão que confecciona, ali mesmo, na frente da clientela, o produto que comercializa; o seleiro que costura e borda à mão os artefatos do vaqueiro; o cozinheiro que prepara as carnes e temperos para a buchada que será servida no almoço; o artesão que realiza o trançado das varas de cipó para confeccionar suas cestas e balaios; o repentista que se apresenta no espaço do mercado, cantando em versos e rimas o aspecto da clientela; o açougueiro que realiza ali mesmo, à vista do freguês, o abate das aves e outros animais. (Dossiê de Registro da Feira de Campina Grande, pp. 60 e 61)

3. A Feira de Campina Grande como referência cultural e objeto de Registro

As feiras livres são importantes referências que demarcam a formação dos caminhos, das cidades e das fronteiras no Brasil, consolidando identidades locais e intercambiando conhecimentos e objetos que traduzem a diversidade cultural da sociedade brasileira. Algumas são tão ricas de influências culturais e econômicas que se enraízam no cotidiano de diferentes comunidades e segmentos sociais, marcando vivências coletivas do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida, sendo ao mesmo tempo lugar de pechincha entre feirantes e fregueses e lugar de intensas manifestações artísticas e políticas.

Nesse contexto, a Feira de Campina Grande se destaca na Paraíba como espaço de circulação. Nela se iniciam e se encerram processos de produção artesanal e comercialização; nela circulam conhecimentos e práticas tradicionais aprendidas nos séculos anteriores e ainda reproduzidas e ensinadas; nela se forjam profissões, transmitidas nos círculos familiares, comunitários ou nas relações de apadrinhamento e vizinhança; nela se perpetuam práticas e modos de fazer muito próprios do local e se cultivam tradições; nela se fundem, se interconectam e se influenciam mutuamente estratos sociais diversos, nas relações entre feirantes e fregueses; nela se atualizam os processos de compra e venda, com a adesão a novas



formas de pagamento e a um novo repertório de produtos com forte apelo comercial.

O Lugar da Feira campinense não é apenas espaço de comércio, mas também propicia outras formas de sociabilidade, expressa em relações de parentesco, solidariedade e religiosidade. A feira, de certa forma, é uma extensão da casa e dos núcleos familiares, reverberando comportamentos dessa intimidade. Além de produtos, nela há a trocas de favores, relações de confiança mútua e rede de dependências e hierarquias, o velho compadrio entre feirantes, entre fregueses, e entre feirantes e fregueses.

A Feira adquiriu uma importância muito grande para a cidade, ultrapassando o seu papel comercial. Promoveu e ainda promove trocas culturais e de aprendizado, onde pessoas de várias localidades – seja da Borborema, do Agreste, do Sertão ou da Zona da Mata – se congregam para estabelecer laços de sociabilidade. É, muitas vezes, ponto de encontro tradicional de amigos ou de simples conhecidos, escolhida para os mais variados atos da vida social, que mantêm, assim, um sentido de permanência e de identidade.

Na Feira, as pessoas têm conhecimento das últimas notícias e boatos, são feitos anúncios de utilidade pública e manifestações coletivas ganham seu devido vigor. Comícios geralmente ocorriam e ocorrem em dia de feira. Espetáculos artísticos desenvolvem-se como forma de entretenimento; ela é um bom lugar para artistas divulgarem a cultura local.

Em meio ao colorido das frutas e verduras e aos inconfundíveis gritos dos feirantes, os flertes e namoricos acontecem. As prosas se multiplicam na medida em que a Feira vai se enchendo. Entre piadas ou histórias engraçadas contadas entre amigos surgem conversas por todos os lados: sobre a família, sobre um amigo que faleceu, sobre uma alegria que se teve durante a semana, mas também desabafos, desgostos e lamúrias. Não se economizam contatos físicos nos afetos.

A Feira tem várias faces da experiência social, incluindo um espaço reservado para a chamada “zona do meretrício”, que funcionou em um primeiro momento na rua popularmente chamada de “Rói Couro”. Com reformas urbanísticas no centro da cidade, a exemplo das “modernizações” realizadas na década de 1930, a zona foi se transferindo aos poucos para as proximidades da Feira, e hoje as ruínas do antigo cabaré “Eldorado” apresenta-se como importantíssimo elemento de composição desse lugar.

Atualmente a Feira é lugar-vitrine para realização de “eventos culturais”, que ocorrem especialmente no Mercado Central. Em meio à feira de carnes, programações culturais acontecem periodicamente e os bares que ficam dentro do Mercado Central são também pontos de difusão da cultura local, a exemplo dos festejos de sábado, que ficam por conta dos violeiros

[Handwritten signature]

e repentistas. Lá é o ponto de encontro certo para conversas e bate papos, acompanhados da velha "lapada" de "cana de cabeça".

A Feira de Campina Grande é palco também de divulgação de grandes eventos que estão acontecendo na cidade, a exemplo de Festivais e de campanhas educativas e de prevenção à saúde. Também serve para práticas religiosas, uma vez que pessoas vão até a Feira para realizarem práticas devocionais.

A sua gastronomia agrada muitos paladares e promove a sociabilidade em torno das mesas dos bares e das rodas de conversa. São oferecidos pratos como buchada, galinha caipira, bode guisado, picado de bode, carne de sol, fava, feijoada, feijão verde, caldos e outras iguarias.

Quando observamos os personagens, especialmente os feirantes, percebemos uma variedade de origens. Há aqueles que se tornaram feirantes por acaso, como, por exemplo, os que se casaram com feirantes ou estavam em situação de desemprego e encontraram essa opção de trabalho informal. Mas, a grande maioria herdou o ofício com seus pais, irmãos, padrinhos e outros familiares. A Feira de Campina Grande é, portanto, um lugar que forma um bom número de pessoas para o trabalho, reforçando o título de "Capital do Trabalho" ostentado pelo Município.

Os saberes e as experiências dos comerciantes e artesãos são transmitidos de geração a geração, a filhos, netos e bisnetos de feirantes. É um trabalho que se distingue da totalidade de outros comércios também por isso: é uma atividade que, ao longo do tempo, é passada de pais para filhos. Em vários setores é possível encontrar homens e mulheres que herdaram o espaço de comercialização, "o banco" dos pais, e que na atualidade são ajudados por filhos e netos.

A Feira consegue reunir grande representatividade do povo campinense, uma vez que nela encontramos uma diversidade de saberes e fazeres que compõem o trabalho e a vida dessa população. Pode-se ver, a partir de relatos de feirantes, que não se trata apenas de pessoas que trabalham na feira, mas homens, mulheres e até crianças que ocuparam, muitas vezes "herdaram" aquele lugar e lá fincaram raízes, constituindo legados familiares.

O feirante – esse personagem complexo, que reúne a tradição de vários ofícios, ocupando seus espaços, animando os dias com suas expressões peculiares, perpetuando a arte do comércio, diversificando e atualizando a Feira com velhos e novos repertórios de produtos, modos de negociar e formas de pagamento – é uma referência fundamental da Feira de Campina Grande. Ofício resistente que salvaguarda cotidianamente os saberes e fazeres locais.

Os fregueses, da mesma forma, são de diversas idades e de diversos estratos sociais. Não há um perfil único do cliente que compra na feira, pois ele é tão diverso quanto o repertório de produtos oferecidos. A feira é sortida de feirantes e de fregueses.

Podemos encontrar também formas tradicionais que produzem, até hoje, ricos sentidos e experiências. Entre elas, a maneira de vender o fumo de rolo; a de vender feijão, arroz, milho e outros produtos agrícolas em sacos (com a possibilidade de o comprador experimentar o produto “na hora”, com as mãos, sentindo os grãos entre os dedos), geralmente com o preço marcado em papelão; a forma de apresentar os cocos que são quebrados para servirem de mostra e o ferro amarrado ao balaio para bater no coco com o intuito de saber se está bom ou estragado; o jeito de vender a banana em cachos, dúzias e unidades; o modo de preparar o feijão verde para a venda (debulhar e escolher na própria Feira à vista do cliente); o modo de fazer, a partir de pneus de automóveis e pregos, os cochos, que servem como reservatório para alimentação de animais, como cestos de compras ou mesmo de lixo; e o modo de preparo da tapioca e da pimenta caseira. Todas estas formas e saberes estão dispersos e bem vivos em meio ao trânsito ininterrupto de pessoas, veículos e cargas dentro da Feira.

4. Indicações para o Plano de Salvaguarda

Com a retomada, em 2013, do processo de instrução do Registro por parte da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura de Campina Grande, conforme citado anteriormente, os debates em torno das questões relacionadas aos problemas e perspectivas de políticas de salvaguarda se intensificaram. Uma questão estava certa: o espaço tradicional ocupado pela Feira é alvo de constantes ações políticas locais que objetivam, com pouca ou nenhuma participação de seus fazedores (feirantes e fregueses), a sua “revitalização” ou a sua remoção do local atual para outro espaço da cidade.

O fato da Feira ter sua própria dinâmica de desestabilização das fronteiras entre público e privado, reorganizando normas e práticas nos modos de ocupação do solo urbano ao estabelecer permanências em lugares que deveriam ser de passagem e passagens em lugares que deveriam ser de permanência, causa incômodos às elites culturais e econômicas locais. Tais grupos, que costumam ocupar importantes posições de poder político, consideram o aparente “caos” da Feira como uma anomalia a ser, a todo custo, disciplinada e removida do centro urbano campinense, por critérios morais, sanitários e científicos.

[Handwritten signature]

Para viabilizar uma concertação e ampliar os diálogos entre agentes públicos e detentores, algumas ações com essa perspectiva foram realizadas e todas se mostraram de suma importância, principalmente porque a Feira está parcialmente incluída na poligonal de entorno do centro histórico de Campina Grande, objeto de tombamento estadual realizado pelo Iphaep, e também porque em 2010, durante a mobilização para Registro, se constatou a existência de um projeto de revitalização urbana que não respeitava as referências e demandas dos próprios feirantes e demais usuários do lugar. Entre 2011 e 2012, pareceres do Iphaep e do Iphan construíram importantes contrapontos técnicos, possibilitando que novas conjunturas políticas locais pudessem abrir um debate mais amplo envolvendo outros agentes do poder público e a comunidade local.

A concatenação das atuações entre as instituições públicas está entre as ações mais importantes para a salvaguarda deste rico patrimônio cultural que vem sendo realizadas ao longo do tempo a partir de iniciativas de ativistas, pesquisadores, professores e dos próprios feirantes e fregueses.

Em contraposição às visões grandiosas e “sofisticadas” das propostas interventivas sobre o espaço da Feira, os feirantes apontaram, na oficina de 2013 e em outros encontros públicos, problemas muito mais corriqueiros e práticos vivenciados em suas lides de trabalho.

De pronto, foram evidenciados problemas de ordem socioespacial e de infraestrutura relacionados à requalificação de banheiros e coleta de lixo e a ações de engenharia sanitária que consigam reduzir/eliminar o acúmulo de esgotos a céu aberto, todas postas como urgentes e necessárias. Outra demanda é garantia de condições urbanísticas necessárias para que o modo tradicional de compra e venda de animais vivos possa acontecer, especialmente a estruturação de abatedouro público que ofereça oportunidade de o freguês escolher junto ao feirante o animal de sua preferência para presenciar o abate, assegurando a qualidade e o frescor do “produto”.

Outra demanda é a requalificação, ampliação e criação de espaços que incentivem as práticas da culinária local e as atividades artístico-culturais relacionadas à Literatura de Cordel, ao Repente, às Matrizes do Forró, ao Teatro de Bonecos, à Capoeira, dentre outras manifestações reconhecidas como referência cultural e que já foram patrimonializadas ou estão em processo de patrimonialização em âmbito federal.

A recuperação de edificações históricas identificadas no Inventário de Referências Culturais também aparece como uma demanda necessária, bem como a discussão pública acerca dos usos a serem dados a esses imóveis.

Ações de educação patrimonial em espaços educacionais formais e informais já ocorrem no município de Campina Grande e entorno e devem ser ampliadas, já que também são apontadas como necessárias por serem atividades que incentivam a valorização e circulação dos conhecimentos presentes na Feira.

Notadamente, muitas das demandas de salvaguarda que surgiram ao longo da instrução do processo de Registro não estão diretamente relacionadas ao planejamento e execução de ações de apoio e fomento implementadas pelo Iphan. A maioria delas está objetivamente relacionada à atuação do poder público municipal, principalmente no que tange às políticas urbanísticas e de saúde pública. É imprescindível que tais políticas sejam planejadas e implementadas a partir de franco diálogo entre as instâncias do poder público municipal e a comunidade local.

Sem dúvida, o Iphan poderá atuar na concertação entre poder público e comunidade locais, com vistas à manutenção dos aspectos que garantirão à Feira de Campina Grande o título de Patrimônio Cultural do Brasil.

5. Conclusão

Por ser uma expressão cultural de longa continuidade histórica e que a comunidade detentora valoriza, empenhando-se na sua perpetuação para as futuras presentes e gerações, reiterando-a e atualizando-a enquanto tradição;

Por sua relevância nacional na medida em que abarca a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira e suas expressões regionais;

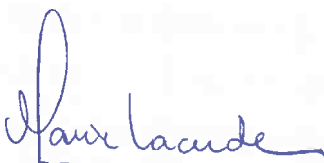
Por ser uma referência cultural e representativa da vivência coletiva, da comensalidade, das trocas comerciais e simbólicas;

Por ser este Lugar um espaço de referência viva da história e da cultura nordestina, fundamental na construção e afirmação da identidade regional, com ressonância em outras localidades do País;

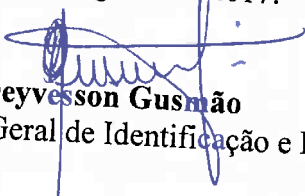
E por tudo mais que está demonstrado neste processo, indicamos a inscrição da Feira de Campina Grande no Livro de Registro dos Lugares, criado pelo Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000.

É este o parecer.

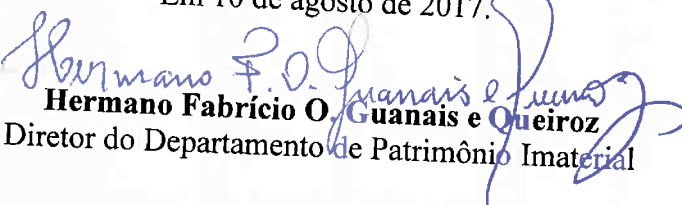
Brasília, 10 de agosto de 2017.


Marina Lacerda
Coordenadora de Registro
CGIR/DPI
Matr. SIAPE 1821965

De acordo. Ao Diretor do DPI, para conhecimento e demais encaminhamentos.
Em 10 de agosto de 2017.


Deyvesson Gusmão
Coordenador-Geral de Identificação e Registro

De acordo. Encaminhe-se os autos à Procuradoria Federal, por meio do Memorando nº 212/17/GAB/DPI, para análise da regularidade jurídica do processo.
Em 10 de agosto de 2017.


Hermano Fabrício O. Guanais e Queiroz
Diretor do Departamento de Patrimônio Imaterial